A Ministra, os Condes e o TikTok

Publicado em 2026-11-24 00:50:00



A Ministra, os Condes e o TikTok

Crónica de uma reforma laboral que atravessou a academia, a Concertação Social, duas greves gerais

Nota de abertura:
Esta é uma crónica satírica. Maria do Rosário Palma Ramalho possui um currículo académico sólido e directamente relacionado com Direito do Trabalho; a crítica aqui desenvolvida não é à sua formação, mas ao contraste entre credenciais, execução política e capacidade de construir um compromisso social e parlamentar para uma reforma apresentada pelo Governo como estrutural. As referências familiares e genealógicas funcionam apenas como matéria satírica sobre reprodução de elites, não como prova de favorecimento ou critério da sua nomeação.

Portugal possui uma capacidade extraordinária para transformar qualquer assunto sério numa opereta.

Desta vez o libreto chama-se **Trabalho XXI**.

No papel, tratava-se de modernizar a legislação laboral portuguesa, aumentar produtividade, melhorar competitividade e criar condições para salários mais elevados.

ministra a explicar que parte dos adversários políticos toma decisões em função das tendências do TikTok.

Portugal não reformou o Código do Trabalho.

Mas pelo menos descobriu uma nova ciência política:

a TikTokologia parlamentar.

Primeiro, apresentemos Sua Excelência

Maria do Rosário Palma Ramalho possui um currículo académico que seria intelectualmente desonesto desvalorizar.

Professora catedrática.

Doutorada em Direito.

Especialista em Direito do Trabalho.

Investigadora.

Consultora de instituições europeias e internacionais.

Depois aparece a biografia social, com aquela profusão tipicamente portuguesa de parentescos, apelidos e genealogias que faz qualquer verbete parecer meio currículo, meio árvore de família.

E quando surge uma remota ligação a senhores e condes, a sátira escreve-se quase sozinha.

Confesso que a descendência nobiliárquica me deixa profundamente tranquilo quanto ao futuro das relações laborais portuguesas.

Nunca se sabe quando uma negociação colectiva exige conhecimentos sobre títulos de juro e herdade.

Naturalmente, isto não constitui qualquer qualificação ministerial.

Nem há evidência de que tenha sido escolhida por causa da ascendência familiar.

Mas é uma deliciosa metáfora de um país onde as elites parecem circular permanentemente entre determinadas universidades, famílias, gabinetes, conselhos de administração e instituições.

o currículo acompanhado da agenda telefónica certa.

Nasceu então o Trabalho XXI

O Governo apresentou a reforma como uma profunda modernização das relações laborais.

Competitividade.

Produtividade.

Melhores salários.

Conciliação familiar.

Economia digital.

Tudo palavras excelentes.

É difícil encontrar um governo português que alguma vez tenha apresentado uma reforma destinada a diminuir produtividade, reduzir salários e destruir competitividade.

Seria, pelo menos, original.

organização do tempo de trabalho, parentalidade, despedimentos e outras dimensões centrais da relação laboral.

As centrais sindicais rejeitaram partes relevantes da proposta; as confederações patronais mostraram-se globalmente mais favoráveis, embora também existissem pontos de negociação.

A ministra continuou.

Porque existe uma tradição governativa portuguesa muito bonita:

quando a concertação não produz acordo, explica-se que houve muita concertação.

Quase dez meses para chegar ao desacordo

Foram meses de reuniões.

Propostas.

Contrapropostas.

Reuniões bilaterais.

Concertação Social.

Mais reuniões.

Mais documentos.

Mais versões.

Em Maio de 2026 terminou oficialmente a negociação.

Resultado:

sem acordo.

A própria ministra reconheceu que não fora possível chegar a entendimento, apesar do esforço governamental.

É uma interessante definição portuguesa de sucesso negocial.

Quase dez meses de processo.

Resultado: nenhum acordo.

Num projecto informático, chamaríamos a isto:

projecto não entregue.

Entretanto, os trabalhadores começaram a fazer aquilo que trabalhadores fazem quando não gostam de reformas laborais

Greve.

Em Dezembro de 2025, CGTP e UGT juntaram-se numa greve geral contra o pacote laboral, a primeira paralisação conjunta das duas centrais em doze anos.

Em Junho de 2026 realizou-se nova greve geral, desta vez convocada pela CGTP sem adesão da UGT.

O Governo desvalorizou ambas relativamente à leitura sindical da adesão.

A questão política relevante era, porém, outra:

uma reforma laboral apresentada como modernização do país conseguira produzir duas greves gerais antes sequer de entrar em vigor.

É uma espécie de eficiência preventiva.

A reforma melhoraria produtividade.

Melhoraria competitividade.

Permitiria aumentar salários.

Aproximaria Portugal da Europa.

O Governo aprovou a proposta em Conselho de Ministros e enviou-a para a Assembleia da República.

Aqui aparece um pequeno detalhe constitucional.

Portugal é uma democracia parlamentar.

E o Governo não possuía maioria suficiente para aprovar sozinho a reforma.

Portanto seria necessário convencer alguém.

Depois de não conseguir um acordo com os parceiros sociais, chegara a segunda etapa:

convencer os deputados.

Durante algum tempo, Governo e maioria relativa procuraram construir apoio suficiente para fazer passar a reforma.

Depois chegou o Parlamento.

19 de Junho de 2026.

Proposta de Lei n.º 77/XVII/1.ª.

Resultado oficial:

rejeitada na generalidade.

A favor: PSD, IL e CDS-PP.

Contra: Chega, PS, Livre, PCP, BE, PAN e JPP.

A reforma estrutural que iria modernizar Portugal nem sequer passou à fase seguinte do processo legislativo.

Acabou antes de começar verdadeiramente no Parlamento.

É difícil produzir uma definição política mais elegante da palavra **falhanço**.

no teatro.

No dia seguinte ao chumbo, Maria do Rosário Palma Ramalho criticou partidos que, segundo ela, votariam em função da sondagem do dia e das “tendências do TikTok”, enquanto outros teriam transformado a reforma numa afronta pessoal por não estarem no Governo.

É uma explicação magnífica.

Uma reforma é discutida durante meses.

Não consegue acordo na Concertação Social.

Provoca duas greves gerais.

Não reúne maioria parlamentar.

É rejeitada.

Conclusão:

> *TikTok.*

Talvez tenha sido mal desenhada.

Talvez tenha sido mal negociada.

Talvez os custos políticos tenham sido subestimados.

Talvez a proposta tentasse alterar demasiadas coisas simultaneamente.

Talvez o Governo não tenha construído a maioria necessária.

Talvez algumas medidas fossem realmente impopulares.

Ou então...

TikTok.

Occam teria dificuldades em competir.

A catedrática descobriu a aritmética parlamentar

Aqui reside a parte mais deliciosa.

Uma reforma não existe porque é intelectualmente elegante.

Existe quando:

é tecnicamente sólida,

é economicamente defensável,

é socialmente compreensível,

consegue apoios,

sobrevive à negociação,

passa no Parlamento,

é executável

e produz resultados.

A política começa precisamente onde termina a bibliografia.

Pode-se dominar duzentos anos de doutrina laboral e ainda assim esquecer um pequeno artigo não escrito da governação:

Não é Direito Constitucional avançado.

É aritmética.

As elites têm frequentemente este problema

Passam décadas em ambientes onde as pessoas que lhes são próximas possuem formações semelhantes, linguagem semelhante e códigos sociais semelhantes.

Depois entram na governação.

E descobrem uma entidade profundamente inconveniente:

a sociedade.

A sociedade não leu a tese de doutoramento.

Não participou no seminário.

Não frequentou a mesma faculdade.

Não conhece os professores.

Vou trabalhar mais horas?

“Posso ser despedido mais facilmente?”

“O meu contrato fica mais precário?”

“Quanto vou ganhar?”

“Que direitos perco?”

São perguntas extraordinariamente pouco sofisticadas.

Mas possuem o inconveniente de determinar eleições.

Talvez aí resida o verdadeiro falhanço

Não necessariamente no conteúdo integral da reforma.

Algumas propostas poderiam ser sensatas.

Outras mereciam discussão.

Outras poderiam até melhorar o funcionamento do mercado laboral.

O falhanço político foi outro.

E numa democracia, isso faz parte da competência governativa.

Não basta estar certo.

É necessário convencer.

Negociar.

Escolher prioridades.

Ceder onde é possível.

Preservar aquilo que é essencial.

Construir maiorias.

É precisamente para isso que existem ministros.

Caso contrário bastaria entregar o Código do Trabalho a um departamento universitário e aguardar a publicação.

Quando uma reforma falha, raramente se pergunta:

“Onde errámos?”

Pergunta-se:

“Quem nos impediu?”

Os sindicatos.

A oposição.

As sondagens.

As redes sociais.

Os populistas.

Os interesses instalados.

A conjuntura.

O TikTok.

Qualquer entidade é elegível excepto aquela que apresentou a proposta.

> *O Governo governa. Quando resulta, é mérito do Governo. Quando não resulta, governaram os outros.*

Do Senhor de Unhão ao algoritmo

E assim chegamos ao ponto final desta pequena opereta portuguesa.

Uma ministra com sólida formação académica.

Uma biografia social suficientemente elaborada para exigir quase uma árvore genealógica.

Uma reforma intitulada Trabalho XXI.

Meses e meses de negociações.

Nenhum acordo na Concertação Social.

Duas greves gerais.

É uma explicação que terminou no TikTok.

Nem Eça de Queiroz teria ousado escrever isto.

Pareceria exagerado.

Talvez o problema de Portugal não seja ter ministros oriundos das elites.

Uma democracia pode perfeitamente ser governada por académicos, aristocratas, operários, empresários ou filhos de agricultores.

O problema começa quando uma elite confunde currículo com capacidade executiva, conhecimento com competência política e convicção própria com consenso nacional.

Porque há uma coisa que nenhuma cátedra consegue ensinar completamente.

Governar pessoas que não estudaram connosco.

Que não almoçam connosco.

Que não frequentam os mesmos círculos.

Que não pertencem às mesmas famílias.

Maria do Rosário Palma Ramalho pode continuar convencida de que a reforma Trabalho XXI era excelente.

Talvez algumas partes fossem.

Mas há uma realidade que nem a mais sofisticada genealogia consegue revogar:

> *Uma reforma que não consegue acordo social, provoca duas greves gerais e é rejeitada pelo Parlamento não foi uma reforma realizada. Foi uma reforma falhada.*

E culpar o TikTok depois disso talvez seja apenas a cereja digital em cima de um bolo extraordinariamente português.

- A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa identifica Maria do Rosário Palma Ramalho como professora catedrática e especialista, entre outras áreas, em Direito do Trabalho, Direito Social da União Europeia, Direito da Igualdade e Direito da Função Pública.
- O Governo apresentou a reforma Trabalho XXI como uma revisão estrutural destinada a aumentar produtividade, competitividade, salários e adaptação à economia digital.
- A negociação na Concertação Social terminou em 7 de Maio de 2026 sem acordo entre Governo e parceiros sociais.
- A greve geral de 11 de Dezembro de 2025 foi convocada conjuntamente pela CGTP e UGT contra o pacote laboral; em 3 de Junho de 2026 realizou-se nova greve geral, desta vez convocada pela CGTP.
- A Proposta de Lei n.º 77/XVII/1.ª foi rejeitada na generalidade em 19 de Junho de 2026. O registo parlamentar indica votos favoráveis de PSD, IL e

que alguns adversários votavam de acordo com "a sondagem do dia" e as "tendências do TikTok" e que outros teriam transformado a reforma numa afronta pessoal.

- A crítica desta crónica à reprodução social das elites é interpretativa. O currículo académico da ministra é objectivamente relevante para a pasta e não existe aqui demonstração de que a sua origem familiar tenha determinado a nomeação.

Nota Editorial

Esta crónica utiliza sátira para avaliar um episódio político concreto. O termo "reforma falhada" refere-se ao facto objectivo de a proposta governamental ter sido rejeitada na generalidade pelo Parlamento em 19 de Junho de 2026; não significa que todas as ideias constantes do pacote fossem tecnicamente erradas ou que nenhuma possa regressar em legislação futura.

académica longa e especializada em Direito do Trabalho, incluindo doutoramento, agregação, acesso por concurso à categoria de professora catedrática e actividade científica e internacional relevante.

O Governo defendia que o Trabalho XXI reforçaria direitos, aumentaria produtividade e competitividade e criaria condições para salários mais altos. Sindicatos e partidos da oposição contestaram diversas opções da reforma. A existência destas leituras opostas deve ser preservada: um chumbo político não demonstra, por si só, que cada medida do diploma fosse economicamente ou juridicamente má.

O ponto crítico da crónica é de natureza executiva e política. Uma grande reforma laboral precisa de conteúdo técnico, mas também de capacidade de negociação, construção de confiança, maioria parlamentar e condições de execução. Quando estas dimensões não convergem, um excelente currículo académico não substitui a competência necessária para transformar uma proposta em política pública efectiva.

legítima é mais ampla: até que ponto as elites políticas portuguesas se recrutam dentro de círculos sociais e académicos relativamente estreitos e que efeitos essa homogeneidade pode produzir na percepção das realidades que governam.

A democracia tem uma regra incómoda para qualquer elite: conhecimento e autoridade não dispensam persuasão. **Uma política pública só existe plenamente quando consegue atravessar a distância entre o gabinete, a sociedade e as instituições que lhe dão legitimidade.**

Referências credíveis

- Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — Maria do Rosário Palma Ramalho: perfil académico e científico

- RTP / Lusa — "Lei laboral. Terminou sem acordo a reunião na Concertação Social", 7 Maio 2026
- RTP — greve geral de 11 Dezembro 2025, convocada por CGTP e UGT
- RTP / Lusa — greve geral de 3 Junho 2026 e indicador diário de actividade do Banco de Portugal
- Assembleia da República — Proposta de Lei n.º 77/XVII/1.ª: votação na generalidade de 19 Junho 2026
- RTP — declarações de Maria do Rosário Palma Ramalho sobre "tendências do TikTok", 20 Junho 2026

Francisco Gonçalves
Fragmentos do Caos
FC-Chronic-News

Leia o livro: A Fogueira que Nunca se Apagou